



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Colônia de Pesca de Itaipu
Pasta de Itaipu

Antônio Pereira de Sá

Prêmio de Itaipu - Presidente da
Colônia José
Colônia 2-10

Rio — Hilda Mello = 17AIDU
Secretária da Colônia

Ministério da Agricultura

22-1488 MELLO

Depois das 10 horas

Dia 13 abril (3ª feira)

visita à colônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministério de Agricultura

Superintendência de Seguros
Orçamento de Pesca (SUDEPE)

função de Pesca 15, est.
Pólo de Pesca e Pesca

dia 9 de junho, de manhã:

reunidos em Itaboraí, com
o pessoal da SUDEPE, para
ajustar a execução da obra
de um ambulatório médico
e sede da colônia, na parte
das ruínas onde esteve instalado
o mato. A SUDEPE se dispõe
a fornecer um CR\$ 1.500.000.
Responsável: D. Paz de Melo



A dependência está coberta
com te lha Brachitê por ten cas-
ta no St. Picauro.

Ele possui ^{centenas} ~~milhares~~ de
telhas canal, parando um.
na face de

DPHAN

Of. nº 73/

Rio de Janeiro, Gb.-
28 de abril de 1966

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Prefeito Municipal de Niterói

: solicita embargo e demolição de obra ilícita

Senhor Prefeito:

Atendendo ao preceito do artº 175 da Constituição e na conformidade do disposto no artº 17 do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, venho solicitar com grande empenho a Vossa Excelência determinar as providências necessárias a fim de ser embargada e demolida uma construção de tijolos iniciada, com infração flagrante da lei, no recinto do Antigo Recolhimento de Santa Tereza, em Itaipu, 2º Distrito do Município de Niterói, Asilo esse cujos remanescentes foram inscritos nos Livros do Tombo. Solicito outrossim a Vossa Excelência que, na mesma oportunidade, seja removido também do local um barraco introduzido ali indevidamente, em prejuízo da segurança e do aspeto do monumento histórico.

Com a antecipação dos melhores agradecimentos ao valioso concurso de Vossa Excelência para a preservação do acervo monumental do Estado do Rio e do país, apresento-lhe os protestos de meu elevado apreço.

Rodrigo M.F. de Andrade
Diretor

A Sua Excelência
Doutor Emílio Abunahman
Prefeito Municipal
Niterói - RJ
rmfa.esg.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. nº 1.007

Rio de Janeiro,
27 de junho de 1966

Diretor-Substituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
D. 3º Procurador da República no Estado da Guanabara

Senhor Doutor Procurador da República:

Em resposta ao ofício nº 76, de V. Exa., datado de 27 de janeiro último, cumpre-me informar-lhe que, de fato, a Companhia Territorial de Itaipu já retirou das ruínas do Recolhimento / de Santa Teresa, em Itaipu, 2º Distrito do Município de Niterói, o gerador elétrico que deu motivo a Ação Cominatória (Processo nº / 16.477) requerida pela União Federal e determinada pela Diretoria / do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando, assim, sem objetivo, a ação em causa.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. os protestos do meu elevado apreço.

Renato Soeiro
Diretor-Substituto

Ao Exmº. Senhor
Doutor João A. de Miranda Jordão
D. 3º Procurador da República no
Estado da Guanabara
Av. Rio Branco, 241
RIO DE JANEIRO - GB.

JM/E

D 6
Em 27.1.66
Sup



M. E. C.
Protocolo - D. P. H. A. N.

Nº 142 de 27.1.66

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA GUANABARA

46

Em 27.1.66

Do 3º Procurador da República no Est. da Guanabara
Ao Exmo. Sr. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Assunto do Ministério de Educação e Cultura
presta e solicita informações

ao Diretor do D. C. R. solicita deter-
minar o procedimento de história no local a
fim de verificar se, efetivamente, há
sido retirado das ruínas do Recolhimento de Santa
Tereza em Itaipu o gerador elétrico que motivou a aç.
ao Chefe da
S.O. Em 31.1.66
Nle

Senhor Diretor:

Em 31.1.1966 Rm

Cumpre-me levar ao seu conhecimento a COMPA-

NHIA TERRITORIAL DE ITAIPÚ - Ré da Ação Cominatória (Proces-
so nº 16.477) requerida pela União Federal na 3ª Vara da Fa-
zenda Pública desta cidade - apresentou ao Juiz desta Vara,
petição declarando que "já retirou das ruínas do Recolhimen-
to de Santa Tereza, sito em Itaipú, 2º Distrito do Município
de Niterói, o gerador elétrico que deu motivo à propositura
da ação", sustentando que "assim, fica sem objetivo a ação
uma vez que foi atendida pela Suplicante a exigência da Au-
tora e determinada pelo Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional".

Tendo em vista essa petição da mencionada Ré,
pergunto se realmente procede o que é por ela alegado quan-
to à matéria de fato, e se, em verdade, a ação judicial já
está sem objeto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.
meus protestos de estima e consideração.

JOÃO A. DE MIRANDA JORDÃO

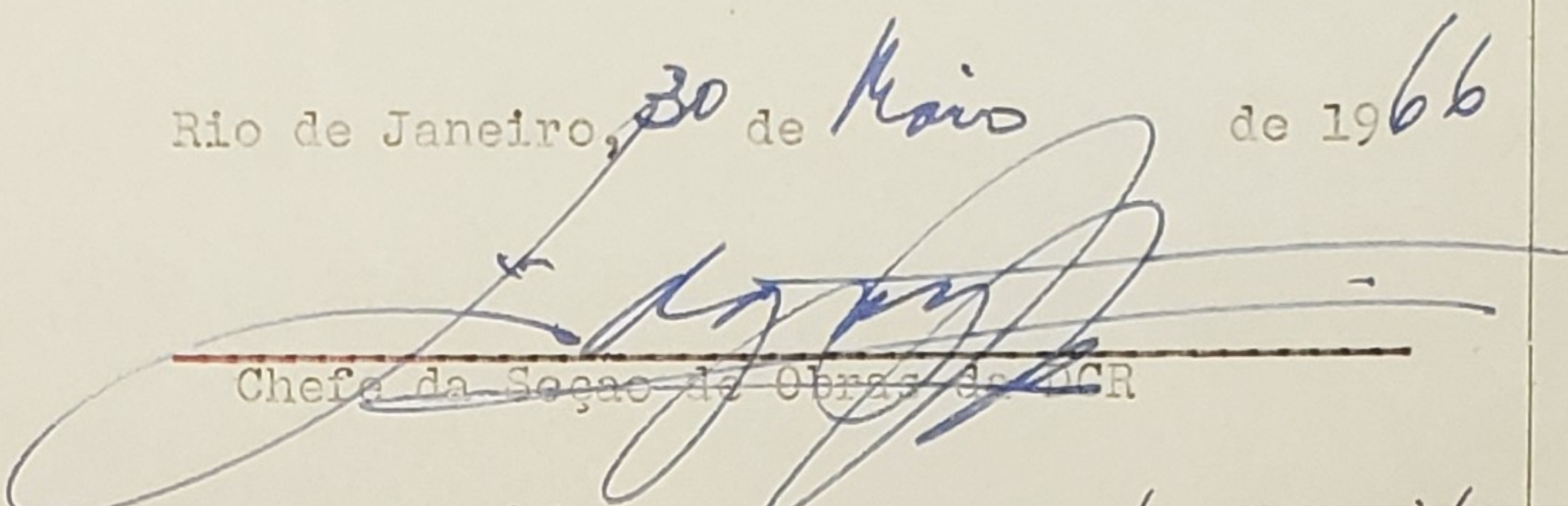
3º Procurador da República



Ao Diretor da DCR

Informo que foi efetivamente retirado do interior das ruínas do antigo Recolimento de Santa Tereza o gerador elétrico ali instalado há tempos pela Companhia Territorial de Itaipú.

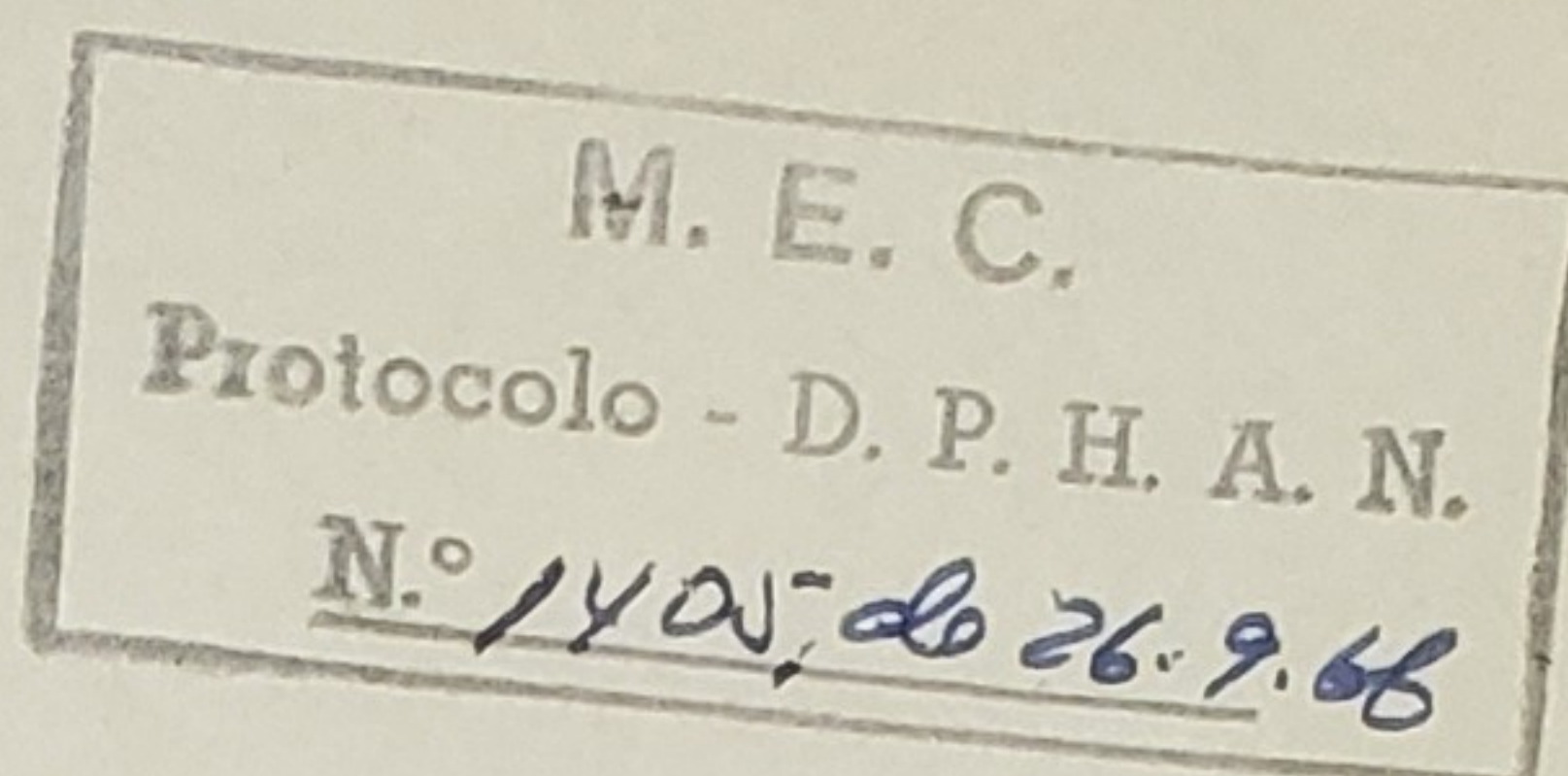
Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1966


Chefe da Seção de Obras da DCR

A' D.ª MATH ps. o fim de providen-
ciar os expedientes necessários.

Em 22.VI.66

Neu-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
DELEGACIA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

636

Em 20 de setembro de 1966

Do Chefe da Delegacia do S.P.U. no Estado do Rio de Janeiro

Ao Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Assunto do Ministério da Educação e Cultura

: presta esclarecimentos.

D. S.

26.9.66

Senhor Diretor

Tendo o Meritíssimo Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública neste Estado, enviado a esta Delegacia o Mandado de Citação, cuja petição inicial remeto por cópia, - em que é interessado o Sr. EDUARDO FERNANDES DA COSTA, solicito de Vossa Senhoria, com urgência, pronunciamento sobre o assunto, uma vez que esse Departamento demarcou o imóvel - para tombamento.

Nesta oportunidade apresento-lhe os meus protestos de estima e consideração.

RUY GRAVE
Substº do Chefe

Proc. RJ- 1 202/66

lg.

COMPANHIA TERRITORIAL ITAIPU, com séde à avenida Rio Branco 277, sala 1 306, Estado da Guanabara, requerendo para tanto a expedição de cartas precatórias e caso com ela não concorde faça sua indicação, nomeando V. Excia. o perito desempatador. Têrmos, em que cumpridas as formalidades legais, requer a intimação da suplicada, nas pessoas dos seus sócios e dos peritos nomeados. Valor da causa CR\$5.000. P. Deferimento. Niterói, 25 de julho de 1966. (as) Manoel Martins. - Insc. 1872." ::::::::::: DESPACHO: D.A.R. Nomeio o perito indicado. Lavre-se o termo. Citem-se os interessados para acompanhar a vistoria em dia e hora a serem designados pelo Cartório. Em 26-7-66. (as) Helvio Perorazio Tavares." ::::::::::: DESIGNAÇÃO: designo o dia 28 do mês de setembro p.f. às 15 horas, para ter lugar a audiência de vistoria. Niterói, 28 de julho de 1966. O Escrivão: (a) Edesio Edison Oliveira Costa. ::::::::::: O que cumpra. DADO E PASSADO nesta cidade de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro, aos vinte e oito (28) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e seis (1966) ::::::::::: Eu, Maria Alice de Oliveira Toledo (as), Escrevente de Justiça, o datilografei e eu Edesio Edison de Oliveira Costa (as) Escrivão substituto, no impedimento ocasional do titular o subscrevo ::::::::::: O JUIZ DE DIREITO EM EXERCICIO - (as) Helvio Perorazio Tavares. :::::::::::

DATILOGRAFADO POR:

CONFERIDO POR:

Paula de Almeida V. Jacina
Ametha V. de S. e S. de S.
D. - S. P. U. R. J.
S. C. 20 9 / 1966
Ruy Grave

RUY GRAVE

Eng.º T. C. 602 - Nivel

Subst. do Chefe

C Ó P I AMANDADO DE CITAÇÃO

na forma abaixo:

O Doutor HELVIO PERORAZIO TAVARES, Juiz de Direito, em exercício na Vara da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, por nomeação na forma da lei, etc....

MANDA que o oficial de Justiça, dêste Juízo, cite o Domínio da União Federal, no Estado do Rio de Janeiro, na pessoa de seu representante legal, para ciência da seguinte petição, de -
signação e respectivo despacho adiante transcritos: "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda Pública, Eduardo Fernandes da Costa, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Itaipú, Niterói, em virtude de ter que avaliar o valor das benfeitorias construídas na área de terra que ocupa na Praia de Iatipú, vez que, por mandado de notificação expedido pelo MM. Juiz da 2a. Vara Cível de Niterói, a requerimento da Cia. Territorial Itaipú, tem o prazo de 30 dias para desocupar a citada área. Ocorre, no entanto, que no mês de Junho passado, topógrafos do PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL estiveram fazendo a demarcação e tombamento da mesma área. O Suplicante, está na área há mais de 15 anos e nele tem o comércio hoteleiro, tendo -
feito, para tal, muitas benfeitorias, que face a controvérsia -
existente sobre a propriedade do terreno estão ameaçadas de demolição, devendo, portanto, serem avaliadas de imediato, pelo que, -
para ressalva dos seus direitos, requer o Suplicante seja feita uma VISTORIA AD PERPETUAM REI MEMORIAM, com arbitramento, indicando para perito o Engenheiro IRENIO DE MATOS PEREIRA, Requer sejam ouvidos o Domínio da União, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o primeiro com sede à Avenida Amaral Peixoto, 285, sl.604, Niterói e o segundo com sede no Estado da Guanabara e COMPANHIA -

Of. nº 1547

Rio de Janeiro, Gb.

28 de setembro de 1966.

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Substituto do Chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União

: área de tombamento do Recolhimento de Stª Teresa, Itaipu.

Senhor Chefe:

Atendendo ao ofício de V. Sa. nº 636, de 20 de setembro corrente, tenho o prazer de apresentar-lhe o portador deste, Arquiteto Edgard Jacyntho da Silva, Chefe da Seção de Obras da Divisão de Conservação e Restauração desta Diretoria, a quem confiei a incumbência de levar de viva voz a seu conhecimento as ponderações da alçada deste órgão do Ministério da Educação e Cultura relativamente à proteção dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, em Itaipu, - monumento inscrito nos Livros do Tombo de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Com referência, particularmente, ao objetivo da vistoria ad perpetuam rei memoriam, cuja petição inicial acompanhou o mencionado ofício de V.Sa., cumpre-me esclarecer que não interessa a esta repartição, para os fins estabelecidos no artº 175 da Constituição e do Decreto-lei complementar nº 25, de 30 de novembro de 1937, o valor que fôr atribuído às construções feitas na vizinhança do monumento pelo Sr. Eduardo Fernandes da Costa. Só importa, para os efeitos das citadas disposições da legislação federal, que o interessado comprove ter empreendido aquelas construções com prévia aprovação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma vez que a área da vizinhança do Recolhimento de Santa Teresa, em Itaipu, está sujeita ao regime de tombamento desde 13 de novembro de 1943.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Sa. os protestos de meu distinto apreço.

Rodrigo M. F. de Andrade
Diretor

Ao Senhor

Dr. Ruy Grave

Substituto do Chefe da

Delegacia do Serviço do Patrimônio da União

Niterói - RJ.

rmfa. pes.

DPHAN

Of. nº 1552

Rio de Janeiro, Gb.-
30 de setembro de 1966

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

: área de terras vizinha ao antigo Recolhimento de Itaipu.-

Exmo. Senhor Doutor Juiz:

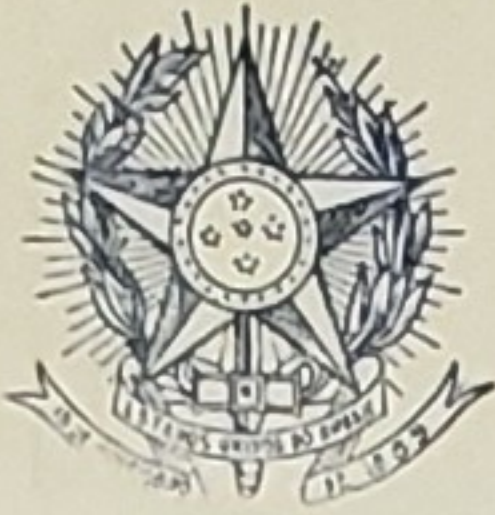
Rogando-lhe relevar a esta Diretoria a demora com que venho responder ao ofício de V. Exa. nº 26/66, tenho a honra de levar a seu conhecimento que esta Diretoria teve até agora dificuldade irremovível para proceder à vistoria necessária no sentido de se verificar se a área de terras usucapienda aludida no mesmo ofício se encontra ou não incluída na zona que interessa à proteção dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, em Itaipu, monumento histórico tombado para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Conseguiu-se, finalmente, assentar os meios adequados para o efeito de proceder-se à diligência reclamada no próximo dia 4 de outubro e, logo esteja devidamente habilitado com a informação desejada, transmiti-la-ei a V. Exa.

Prevaleço-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os protestos de meu elevado apreço.

Rodrigo M.F. de Andrade
Diretor

Ao Exmo. Senhor
Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível
A/C do Sr. Tabelião Scisínio Silva



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARTÓRIO SCISINIO DIAS

Tabelião: SCISINIO DIAS

RUA DA CONCEIÇÃO, 178 — TEL. 2-1385

M. E. C.

Protocolo - D. P. H. A. N.

N.º 1257, de 29.8.66

Niterói, 14 de julho de 1966

OFICIO No. 26/66

EMENTA : Dá ciência e solicita esclarecimentos

1 - ao Arquiteto Edgard Jacyntho ;
2 - D. S.

29.8.66

Ph

Senhor Diretor

Pelo presente, queremos dar ciência a V. Sa. que, a requerimento de LUIZA DO VALLE LOPES, se processa / neste Juízo e Cartório do 14o. Ofício a restauração dos autos da Ação de Usucapião sobre uma data de terras contigua as antigas ruínas do Convento de Itaipu, nesta cidade e cujos autos se encontram extraviados.

Assim, solicito de V. Sa. se digne esclarecer a este Juízo, com base nas informações do serviço de cadastramento de monumentos tombados por este Departamento, se a A R E A DE TERRAS USUCAPIENDA se encontra ou não na reserva destinada à preservação do Convento supra citado e, ou se existe qualquer interesse sobre a mesma, a fim de ficar configurada a competência jurisdicional.

Nesta oportunidade apresento-lhe os meus protestos de estima e consideração.

Adolpho Pereira

Proc. 3.187/65
W.M.D. -w.M.d.

Do Dr. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível da Comarca de Niterói
Ao Sr. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPHAN

Of. nº 1582

Rio de Janeiro, Gb.-
7 de outubro de 1966

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

: ação de usucapião relativa a área em Itaipu

Exmo. Senhor Doutor Juiz de Direito:

Com referência ao ofício de V. Exa. nº 26/66 e em aditamento ao que esta Diretoria lhe endereçou sob o nº 1 552, de 30 de setembro findo, cumpre-me comunicar-lhe que, no dia 4 de outubro corrente, foi procedida a uma vistoria no local em que se acham situados os remanescentes do Recolhimento de Santa Tereza, em Itaipu, havendo o Arquiteto Edgard Jacyntho da Silva, Chefe da Seção de Obras desta repartição, incumbido da diligência, verificado que a área usucapienda pretendida pela Senhora Luiza do Vale Lopes interessa capitalmente à preservação da visibilidade do monumento histórico tombado, assim como à manutenção da ambiência que lhe é própria.

Importa acrescentar que a edificação levantada na área referida por iniciativa da mesma Senhora foi feita com infração do disposto no artº 18 do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de meu elevado apreço.

Rodrigo M.F. de Andrade

Diretor

Ao Exmo. Senhor

Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

A/C do Sr. Tabelião Scisínio Dias

Rua da Conceição nº 178

Niterói - RJ

rmfa.esg.



Ao Senhor Diretor

Informe que atendendo à solicitação do Dr. Juiz de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Niterói, será verificada, na próxima 3ª. feira, dia 4 de outubro, a possibilidade de se localizar a referida data de terras usucapienda, além de se ajustar do seu interesse em relação à área destinada à preservação das ruínas do antigo Recolhimento de Santa Tereza, em Itaipu. Entretanto, quer me parecer que para maior segurança à uma informação desta natureza, o pedido deveria se acompanhar da planta das terras com os dados demarcatórios, alegados pela requerente.

Rio de Janeiro, 3 de Janeiro, de 1966

Chefe da Seção de Obras da DCR.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
 DELEGACIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 SEÇÃO DE CADASTRO

Planta requerida em ____/____/10____
 Por ____
 Processo n.º RJ 1202/1966
 ____/____/19____

RUIAS DO ANTIGO
 RECOLHIMENTO DE STA TEREZA

Em ____ de ____ de 1966
 Milson Carvalho da Silveira
 Chefe da delegacia



EMPRESA DE TIPOGRAFIA, URBANISMO E CONSTRUÇÕES S.A.

ENGR. RESPONSÁVEL

REVISÃO

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
 DELEGACIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESCALA 1:500 DATA

PROJETO N.º

PLANTA N.º

F. 2

LEVANTADA

DESENHADA

ENCARGADA

VISTA

ENGR. CHEFE